



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Agrária.

O POVO KALUNGA: CULTURA, TRADIÇÃO E O DESAMPARO ESTATAL NA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS

Letícia Soares Viana¹

Resumo: Foi iniciado o estudo etnográfico da Comunidade Quilombola dos Kalungas do Engenho II, localizado no Município de Cavalcante/GO. É o maior e mais antigo Quilombo do país, mas carece de inúmeros serviços sócio-assistenciais e de políticas públicas. Foi observado que uma das maiores lutas do povo Kalunga é pela demarcação de suas terras, porém isso se mostra com muitos obstáculos atualmente.

Palavras-chave: Relativismo Cultural. Demarcação de Terras. Políticas Sociais. Comunidade Quilombola Kalunga.

Abstract: The ethnographic study of the Quilombola Community of Kalungas of Engenho II, located in the Municipality of Cavalcante/GO. Being the largest and oldest “Quilombo” in Brazil, they lack numerous social assistance services and public policies. On the field, one of their greatest struggles were for demarcation and titling of their lands. Extra effort is needed in the current political scenario.

Keywords: Cultural Relativism. Land Demarcation. Social Policies. Quilombola Kalunga Community.

1. Introdução:

O presente artigo tem como tema a organização das comunidades tradicionais e foi realizado a partir da demanda da disciplina de Antropologia Social, do curso de Serviço Social. Tomou-se como referência de análise a Comunidade Quilombola dos Kalungas do Engenho II, a vinte e sete quilômetros de Cavalcante – Goiás (GO) e se localiza, também, dentro do território da região da Chapada dos Veadeiros. O trabalho realizado pretendeu caracterizar o povo Kalunga, bem como identificar sua cultura e suas necessidades humanas e sociais. Importante salientar que tal etnia se divide entre os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, todos no nordeste do estado de Goiás. Entretanto, o grupo se ateu ao estudo do povo Kalunga do Engenho II.

O objetivo desse estudo foi analisar, etnograficamente, o povo Kalunga, através de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e descritivo, com observação não participante. Assim, este trabalho foi realizado por meio, essencialmente, da escuta da população da Comunidade, através de conversas, diálogos e entrevistas. Importante salientar também, que a análise dos dados observados e levantados foi realizada a partir da referência teórica sobre o relativismo cultural, desenvolvida pelo antropólogo Franz Boas: “na etnologia, tudo é individualidade” (BOAS, 2004, p. 92) e Roque de Barros Laraia (1932),

¹ Estudante de Graduação, Centro Universitário IESB, E-mail: leticiasoesviana@gmail.com.

como referências fundamentais para a compreensão da realidade dos grupos sociais em geral, além de Marilda Vilela Yamamoto, Maria Carmelita Yasbek, José Paulo Netto e professora Potyara Prereira (2001), os quais trazem luz aos conceitos de questão social e suas diversas formas de manifestação, como pela fome e pela pobreza, o que pôde ser claramente observado pelo grupo durante a pesquisa na Comunidade estudada.

Os Kalungas são parte da Comunidade Quilombola do Brasil, sendo a mais antiga dessas comunidades. Formaram-se a partir da junção dos povos negros, que fugiram das senzalas do interior do Goiás; dos índios, que já eram originários do local; e de ex-mineradores da região. Atualmente, verificou-se que a Comunidade Kalunga está integrada à forma de organização política, econômica e social do município de Cavalcante, tendo relação direta com a Prefeitura. A maior fonte de renda da população está centrada no ecoturismo, devido às inúmeras riquezas naturais e biodiversidade presente no local, predominando o bioma do Cerrado.

Assim, pôde-se observar durante o processo de aproximação da comunidade Kalunga, que a autonomia daquela Comunidade se encontra comprometida, apesar de estar cercada de riquezas naturais. É notória a sua carência por recursos básicos para a sobrevivência, sendo um dos aspectos que se destacam, e demonstram as contradições que permeiam um povo tradicional e sua tentativa de manutenção de sua cultura e singularidades.

Chama atenção o fato de tratar-se de um povo que passou por inúmeras lutas ao longo de sua existência, motivadas por opressões diversas e tentativas de acultramento, que os levaram a se reconstruírem, mas sempre numa perspectiva de manutenção de sua cultura. Considerando a experiência vivenciada, entende-se que foi possível a construção de uma percepção preliminar daquela realidade, bem como a indicação de outros aspectos da sociabilidade da Comunidade Kalunga, e que merecem ser objeto de aprofundamento, por meio da realização de novos estudos.

A entrada na Comunidade Kalunga foi precedida de autorização das lideranças locais, que permitiram a realização do estudo e participaram de diálogos com o grupo e acompanharam as visitas a áreas de uso comum do grupo ali assentado. Anteriormente à ida ao local estudado, foi feito contato com moradores e lideranças do Engenho II, para os quais explicamos o motivo e o objetivo da nossa ida à Comunidade e discutimos sobre como poderíamos ficar instalados quando chegássemos. Devido ao fato de que a maior fonte de renda da população local é o ecoturismo, conta-se com a existência e o funcionamento de alguns campings no próprio Engenho II, não sendo necessária a estadia no município de

Cavalcante. Assim, o grupo permaneceu hospedado, durante a pesquisa, no chamado “Camping da Bell”.

Além disso, previamente às entrevistas, certificamos a todos os entrevistados, através de um documento institucional, o nosso vínculo com o Centro Universitário IESB e o vínculo da instituição com o trabalho em questão.

Cercada por montanhas e imersa no centro do cerrado brasileiro, na chegada à Comunidade a recepção foi ambígua, com alguns olhares um pouco desconfiados, mas também com gestos receptivos e de acolhimento. Já no primeiro dia conversou-se com três mulheres e três homens. Cada uma dessas pessoas apresentou a sua própria história, com a suas próprias singularidades.

Acompanhou-se o povo Kalunga por três dias e várias escutas foram feitas nesse período, entretanto, destaca-se que o estudo ora apresentado demonstra uma aproximação inicial, marcado por um tempo limitado, sendo também o primeiro contato com a Comunidade, e o início do trabalho da análise antropológica, a ser continuidade em outras fases do processo de pesquisa.

Neste trabalho introdutório, conseguiu-se entrevistar cerca de dez moradores da comunidade, entre eles um motorista do ecoturismo e agricultor familiar, um guia turístico e estudante de História, o líder da Associação da Sociedade Civil, cozinheiras, responsáveis pelos campings, crianças e demais moradores.

Todos eles foram nascidos e criados no Engenho II, são povos quilombolas e, quase toda a população da comunidade possui um grau de parentesco entre si. Logo, para todos os modos de empregos (que são informais) do local, um membro da família começa a trabalhar e, devido à pequena área territorial do local (com cerca de quatro mil habitantes em duzentos e cinquenta e três mil hectares), a proximidade entre as pessoas se torna ainda maior, onde os graus de parentesco são vários, porém todos se conhecem e convivem entre si.

2. A Comunidade Kalunga:

O Quilombo Kalunga se localiza no Estado de Goiás, numa área de 230 mil hectares, que abrange três municípios – Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás; e tem quatro núcleos diferentes: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Contenda. Os referidos núcleos contam com pequenos povoados: Engenho I e II; Diadema, Riachão, Ema, somando cerca de 4.500 habitantes.

O povoado, objeto deste estudo, se localiza no município de Cavalcante/GO, denominado Engenho II, a vinte e sete quilômetros de distância de Cavalcante. Os dois locais são territorialmente distintos e se organizam de diferentes formas internamente, porém em questões externas, a cidade e a comunidade se comunicam e se complementam: a Comunidade do Engenho II conta com apenas uma escola, que oferece turmas até o Ensino Médio; um Centro de Saúde, que recebe a visita de apenas um médico às quintas-feiras; não existem bancos públicos; e não existem ruas asfaltadas. Por conta dessa falta de recursos, a cidade de Cavalcante-GO, acaba servindo como base de apoio para o povo Kalunga.

A cidade de Cavalcante direciona esse suporte para a Comunidade Quilombola, porém ela é considerada uma das cidades mais pobres do estado de Goiás, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim sendo, a população da cidade também carece de inúmeros recursos: o local possui apenas uma Agência dos Correios, como meio para a realização de transações bancárias, limitando a vida produtiva e econômica dos moradores da cidade. Além disso, há um alto índice de desemprego na cidade, onde poucas pessoas ocupam cargos públicos e, para o restante da população, resta trabalhar como agricultores familiares, lavradores, guias turísticos, cozinheiras, donos de campings, entre outros empregos informais, sem direitos trabalhistas assegurados e com suas condições extremamente precárias. A média salarial *per capita* dos trabalhadores formais do Município não passa de 2,1 salários mínimos, também segundo o IBGE.

Logo após a chegada e o primeiro contato das pesquisadoras com o local, em geral, os moradores do Engenho II se mostraram bastante receptivos e acolhedores, aceitando os diálogos estabelecidos, e a maioria das entrevistas foram realizadas em suas próprias casas, ou em seus locais de trabalho.

Em algumas entrevistas, porém, tivemos algumas dificuldades na coleta de informações: por ser uma região extremamente explorada, é presente um grande número de latifundiários e, por ser uma região no interior do estado do Goiás com tradições históricas de cunho coronelista, alguns moradores não quiseram gravar entrevistas e outros não quiseram nem mesmo conversar com o grupo de pesquisa, por “medo de perder até as suas próprias vidas”, segundo suas palavras. Essa questão não foi claramente abordada nas entrevistas e as pesquisadoras apenas entenderam a informação e foi respeitado o espaço dos entrevistados.

A partir disso, o grupo depreendeu que os mecanismos do Estado exercem um poder de grande importância sobre a população, entretanto, possíveis posicionamentos contrários

por parte da população não são bem aceitos, podendo causar até perdas de auxílios e benefícios para essas pessoas.

A história contada acerca da origem do povo Kalunga e do surgimento da Comunidade, em uma escuta inicial de pesquisa, passou por algumas divergências: alguns moradores contam que houve uma enorme disputa entre duas tribos existentes à época e que uma delas tomou o poder do território. A outra história falada é que a Comunidade foi formada pelos negros fugidos das senzalas e da escravidão, junto com os índios, que já habitavam, originalmente, o local e os ex-mineradores, que antes exploravam as terras do interior do Estado de Goiás, mas, depois de perceberem que eles apenas sobreviveriam através dela e que a natureza havia lhes dado tudo até então, pararam de explorar e começaram a cuidar de suas terras. Assim, os três povos se consideram irmãos de luta até os dias atuais.

A partir de diálogos com o povo Kalunga, pôde-se observar que os próprios moradores da Comunidade constroem suas casas com adobe, palha, taipa, madeira e fibra vegetal através de técnicas tradicionais que são transmitidas via oral e desenvolvidas aos longos dos séculos com os recursos naturais da própria região.

Apesar das sociedades de Cavalcante e do Engenho II carecerem de recursos e infraestrutura básica de qualidade, observou-se que, por conta da riqueza natural do local, a agricultura familiar é uma prática muito presente nas duas comunidades: muitos dos moradores de ambos os locais têm a sua própria horta em casa, e os alimentos produzidos são orgânicos e sem agrotóxicos. Avalia-se que, apesar da precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS), a Comunidade Kalunga e de Cavalcante, considerando o acesso a uma alimentação saudável, ficam menos doentes, proporcionalmente, que os moradores dos grandes centros urbanos, onde o contato com agrotóxicos e produtos industrializados é muito maior.

Em entrevista com um homem nascido e criado na Comunidade, agricultor familiar, “trabalhador da roça” (segundo suas palavras), e motorista do transporte do ecoturismo da região, destacou que: “Por nada nesse mundo trocaria esse paraíso calminho, pela cidade grande, cheia de barulho, violência, acidente [...] aqui ‘nóis’ tem pouco mas é nosso, num é ‘deles’. Essa casinha aqui é simples, mas é minha, aquele carrinho ali também...”. Pode-se perceber, portanto, que, apesar das precariedades que a população Kalunga sofre, e do fato de se sentirem esquecidos pelo Governo municipal, estadual e federal, valorizam o local em que vivem, enaltecendo as riquezas naturais, culturais, em contraponto à turbulência e grande concentração de pessoas, que caracterizam os centros urbanos do país.

Apesar de o território ter uma baixa concentração de pessoas e esse povo ter a sua própria cultura, com as suas singularidades, tradições e rituais próprios, a sociedade não deixa de se organizar política e economicamente e essa organização é feita na relação com a Prefeitura, o Estado e com as organizações representativas da sociedade civil. A Comunidade Kalunga conta com a sua Associação da Sociedade Civil, a qual, em reuniões deliberativas tem o mesmo poder de voto da Prefeitura do Estado e, além disso, são feitas assembleias com todos os moradores do Engenho II, afim de que todos participem e deem a suas contribuições para futuras ações na Comunidade.

Durante o processo de imersão, foi possível conversar com um dos representantes dos moradores, e que integra a Associação. Segundo suas palavras, ela gere a parte financeira do Ecoturismo presente no local, sendo a responsável por converter o dinheiro arrecadado em recursos básicos para a população: constrói pontes, ajuda na construção de casas, ajuda na alimentação dos moradores e também é responsável por receber doações externas de roupas, alimentos e mantimentos para a Comunidade. Já a Prefeitura é a responsável pelo funcionamento dos serviços públicos da Comunidade: é a responsável pelo funcionamento e manutenção da escola; do Centro de Saúde; e seria a responsável por outras políticas públicas relativas à proteção social, mas verificou-se que elas não existem na localidade.

Outro aspecto importante é relativo à exploração das riquezas naturais da Comunidade Kalunga. A prática massiva do agronegócio e, conseqüentemente, da exploração da terra e da mão de obra de quem habita o local (seguindo a mesma lógica europeia de colonização, de explorar a mão de obra do povo originário do “novo” lugar descoberto), é notória e objeto de fala de muitos entrevistados. Dessa forma, ficou evidenciada a questão da terra como uma expressão das contradições que a Comunidade Kalunga vivencia no seu cotidiano.

Assim, para os grandes latifundiários e empreendedores do agronegócio não é interessante que aconteça a demarcação dos povos quilombolas que ali vivem, pois isso acarretaria, em uma escala crescente e direta, a perda das terras para a exploração e, conseqüentemente, a perda da mão de obra barata. Poucas pessoas têm muito e muitas pessoas têm pouco. Os poucos que têm muito, tomam as terras, são pessoas brancas, vindas de fora e que utilizam aquelas terras meramente para exploração, tanto das riquezas naturais quanto da mão-de-obra barata. Já os muitos que têm pouco, são os povos oriundos da região, majoritariamente. Para eles, carece-se de recursos, médicos, uma saúde adequada, infraestrutura, escola, educação, bancos públicos e políticas públicas para a

população. Em artigo publicado na revista *Temporalis*, Maria Carmelita Yasbek expõe seu pensamento:

Finalmente a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões.
(YASBEK, 2001, p. 34)

Essa grande dicotomia presente na comunidade dos Kalungas e em regiões próximas faz com que Cavalcante/GO esteja entre as cidades mais pobres do estado de Goiás.

As terras do povo Kalunga abrangem uma área de cerca de duzentos e sessenta mil hectares, incluindo os Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, entretanto, apenas cerca de trinta e um mil hectares das terras recebeu o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2014 e, assim, cerca de seiscentas famílias quilombolas tiveram suas terras tituladas. Todavia, cerca de duzentos e vinte e nove mil hectares de terras não receberam a sua demarcação e inúmeras famílias da Comunidade Quilombolas dos Kalungas ainda carecem dessa titulação.

Atualmente, no Brasil, passamos por um momento delicado quanto à demarcação de terras dos povos de comunidades tradicionais: até meados de 2018, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ligado à Casa Civil da Presidência da República, era o responsável pela definição territorial dos Quilombos remanescentes do Brasil. Consta que menos da metade das terras quilombolas estão demarcadas, segundo a Fundação Palmares. Entretanto, a partir de 2019, com a posse do novo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, o Incra passou a ser vinculado ao Ministério da Agricultura, fato complicador para as comunidades tradicionais em especial no que tange às deliberações territoriais. A pauta prioritária anunciada pelo novo governo federal indica o fortalecimento do agronegócio, em detrimento das demandas de pequenos agricultores, que predominam nas comunidades dos quilombos.

Para os povos originários daquela região é de extrema importância que ocorra, por meio do Estado, a demarcação de suas terras, e os motivos são inúmeros. O primeiro é pela preservação da cultura e da natureza: o território dos Kalungas mantém suas atividades produtivas com base na agricultura familiar, que abarca toda a cultura e tradição daquele povo, que tem, em média 350 anos, como já dito anteriormente. Ainda dentro do primeiro motivo, a questão da preservação da natureza é bastante importante: os povos originários da região do Engenho II têm uma relação saudável e sustentável com o meio-ambiente,

levando em consideração que, para eles, o que importa é a preservação e não a exploração da terra.

O segundo motivo é pela alteridade daquela cultura e por ser importante a distinção dela das demais, pois cada cultura possui as suas singularidades e é necessário que enfatizemos as diferenças entre elas, pois se não, divergimos do conceito de Franz Boas sobre o relativismo cultural, e passamos a tornar todas as culturas, que em sua essência são muito destoantes, como iguais e uma só.

O terceiro motivo é o de que depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, fez-se legal o direito humano e universal à vida, à liberdade e à segurança pessoal sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Essa Declaração se mostra de muita importância, ao passo que é uma forma de reconhecimento dos momentos históricos do Brasil e da proteção das manifestações culturais que compõem a identidade local e nacional. Além desses, outros inúmeros motivos são de extrema importância para que as terras quilombolas sejam demarcadas, como pela dívida histórica que o Estado tem para com essas pessoas e pela afirmação da singularidade e da existência ativa de suas culturas.

Isso posto, podemos verificar inúmeros motivos pelos quais se mostra tão importante a demarcação das terras dos povos tradicionais brasileiros. Três motivos que achamos necessário serem levados em consideração para a implementação e ação desse direito são a preservação da cultura e da natureza do local, a afirmação da alteridade e distinção daquela cultura das demais do território brasileiro, “em vez de uniformidade, a característica notável parece ser a diversidade” (BOAS, 2004, p. 54), e devido à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamado pela Organização das Nações Unidas, como já dito anteriormente, a qual perpassa o direito dos povos às suas terras de origem. Apesar de todos esses motivos citados e apresentados, é observado um notável descaso do Estado e um movimento contrário ao de demarcar as terras de povos tradicionais no Brasil.

3. A desproteção da Comunidade Kalunga: a escassez e descontinuidade de oferta de políticas sociais de proteção básica.

A Comunidade Kalunga, como os demais segmentos populacionais, se depara com inúmeros desafios diante do cenário político e econômico brasileiro, principalmente nos dias atuais com o avanço incontrolável do neoliberalismo, e da implementação do Estado Mínimo no Brasil. Entretanto, as comunidades tradicionais, além das dificuldades no que tange à

demarcação das terras dos povos quilombolas, ressalta-se a ausência de acesso aos programas, projetos e serviços oferecidos pelas políticas sociais básicas e especiais.

A ordem capitalista se sustenta pela exploração da força de trabalho, a qual possibilita a obtenção de maior lucratividade, e ampliação da mais-valia. Tal dinâmica é provocadora de diversas violações de direitos, haja vista que o centro do capitalismo passa pela priorização dos interesses econômicos, em detrimento dos direitos humanos. Dessa forma, no sistema capitalista, a proteção social está vinculada à lucratividade.

A questão social se instala no contexto da exploração da força de trabalho pelo capital e as consequências dessa exploração são expressas de diferentes formas, com destaque para: a pauperização da classe trabalhadora, desemprego, exclusão social, segregação social, altos índices de analfabetismos, analfabetos funcionais, segregação de raça e de gênero, feminicídio, genocídio da população jovem e negra, genocídio de indígenas e quilombolas, de povos tradicionais de matriz africana, aumento do número da população em situação de vulnerabilidade social, dentre outras.

As expressões da questão social mais nítidas na Comunidade Kalunga, objeto deste estudo, são as questões relativas à pauperização, baixa escolaridade, a precária qualidade nos serviços de saúde; além da falta de acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

4. Considerações Finais:

Pela experiência ora relatada, apesar de ser fruto de uma imersão limitada temporalmente, pôde-se perceber que o povoado daquele local é marcado por belezas naturais e riquezas de biodiversidade e culturais: lá vive um povo que carrega muitas histórias de lutas e vivências únicas dentro da história de um Brasil que não é contada, não é vista e é esquecida.

Considerando o conceito de relativismo cultural, trazido pelo antropólogo Franz Boas, em contraposição com o pensamento evolucionista de cunho iluminista, o qual tentava encaixar todas as culturas em uma só, sem levar em consideração as suas inúmeras singularidades e particularidades, a aproximação com o cotidiano da comunidade Kalunga, de Engenho II, demonstrou a pluralidade cultural característica da sociedade brasileira.

Por esse e tantos outros argumentos tangentes à afirmação e a preservação das diferentes culturas existentes no Brasil se vê necessária a demarcação das terras das comunidades tradicionais, visto que hoje existem 2.523 comunidades quilombolas certificadas, segundo a Fundação Palmares, órgão do Governo Federal responsável por

esse processo. Porém, o número pode representar apenas a metade do total de comunidades quilombolas no país.

A demarcação das terras dos povos tradicionais é estranha aos interesses econômicos do agronegócio, cujos objetivos prevalecem no contexto do sistema capitalista. É perceptível, atualmente, o aumento da resistência no fortalecimento das referidas comunidades, mesmo a população carecendo diária e fortemente de recursos que seriam amenizados, em sua maioria, se houvesse a demarcação.

Esse processo se torna ainda mais difícil diante do governo atual, com a ida do Incra para o Ministério da Agricultura, pois as terras indígenas e quilombolas ficam, agora, sob os olhares dos grandes agricultores, latifundiários e empresários, que buscam ser os donos das terras dos povos originários.

Isso posto, reafirmamos que o atual desafio dos agentes do Estado que estão favoráveis à luta e à demarcação das terras dos povos tradicionais (assistentes sociais, antropólogos, juízes, advogados, ministros do Supremo Tribunal Federal, parlamentares da atual oposição, entre outros) é o de lutar, com os mecanismos do poder público, a fim de barrarem propostas como a do fim da demarcação das terras dos povos tradicionais.

Todavia, é importante verificarmos a linha tênue existente entre a afirmação das políticas públicas e a sua aplicação nas Comunidades de Povos Tradicionais e a cultura tradicional pertencentes a esses povos. Foi verificado, nesta breve estadia na comunidade quilombola, que é preciso estudar e estar atento aos limites, tanto da Comunidade, quanto do Estado, ao implementar tais políticas sociais, pois as duas fazem com que ambas as partes abram mão de partes da sua existência para a existência do outro. Um exemplo disso é a concessão da agricultura familiar, prática tradicional da comunidade, em detrimento de políticas sociais como o Bolsa Família.

Diante dessa relação dicotômica e divergente, pode ocorrer o processo de “aculturação” daquela população, onde um grupo de pessoas não oriundas daquele local, se instala e implanta elementos da sua cultura, retirando aspectos culturais e tradicionais dos povos já existentes no local. Assim sendo, é necessário que tomemos cuidado ao analisarmos e ao propormos ações de políticas sociais para os Povos Tradicionais, não esquecendo de abarcar, em tais políticas, as tradições culturais desses povos e tomando cuidado com essa linha tênue entre os dois.

Assim sendo, para concluirmos esse trabalho, é importante salientar que apenas uma Comunidade Kalunga foi estudada – a do Engenho II. Além disso, este presente trabalho traz inúmeras reflexões e indagações de como as políticas públicas podem ser

implementadas nas Comunidades dos Povos Tradicionais, sem que haja o processo de aculturação daquele povo e sempre levando em consideração o relativismo cultural, proposto pelo antropólogo Franz Boas. Além disso, enfatiza-se a importância da demarcação das terras quilombolas, para que haja a preservação da natureza e da cultura local, pela manutenção da alteridade daquela cultura e a sua distinção de outras e pelo direito à terra, prevista após a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

5. REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Flávio Silva. O conceito de cultura de Franz Boas e sua oposição historicista ao evolucionismo cultural do século XIX. 2014.

<[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(90\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(90).pdf)>

Último acesso: 21/06/2019

SEGATO, Rita Laura. *Um Paradoxo do Relativismo: Discurso Racional da Antropologia Frente ao Sagrado*. **Religião e Sociedade**. 16, 1-2, pág. 114 – pág.135., 1992.

Demarcação de terras indígenas e quilombolas passa ao Ministério da Agricultura. 2019. <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/570404-DEMARCAÇÃO-DE-TERRAS-INDÍGENAS-E-QUILOMBOLAS-PASSA-AO-MINISTÉRIO-DA-AGRICULTURA.html>> Último acesso: 21/06/2019

CHAPADA DOS VEADEIROS CONTARÁ COM MELHORIAS. 2019. <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10181-chapada-dos-veadeiros-contara-com-melhorias>> Último acesso: 21/06/2019

LARAIA, Roque de Barros, 1932- 1.331c. *Cultura: um conceito antropológico*. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001 (Antropologia social).

Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3. p. 09-51. Janeiro/julho de 2001.

MARTINS, Helena. Kalungas ganham posse definitiva de parte do território em Goiás. 2014. <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/09/kalungas-ganham-posse-definitiva-de-parte-do-territorio-em-goias>> Último acesso: 21/06/2019

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama da área de Cavalcante/GO. 2017. <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/cavalcante/panorama>> Último acesso: 22/06/2019.